

# Feminismo e neoliberalismo na América Latina<sup>1</sup>

**Verónica Schild**

Professora emérita de Ciência Política na  
University of Western Ontario (Canadá)

---

<sup>1</sup> Tradução de Camila Góes.

### **Feminismo e neoliberalismo na América Latina**

**Resumo:** Neste artigo, busca-se testar a hipótese de Nancy Fraser da existência de uma afinidade eletiva entre o feminismo e o neoliberalismo, tendo como referência as realidades materiais e culturais da América Latina, em especial a do Chile. O artigo argumenta que a emancipação feminista se vê envolvida com o projeto neoliberal, mas que este possui desdobramentos específicos e historicamente delimitados em cada contexto nacional. Explora-se a relação entre a busca das mulheres por emancipação na região e a regulação neoliberal, a partir das experiências dos feminismos latino-americanos. Esta abordagem busca a especificidade dos movimentos feministas na América Latina, suas características e dinâmicas compartilhadas, em contraposição à interpretação de que estes seriam formas derivadas das experiências norte-americanas.

**Palavras-chave:** 1. Feminismo, 2. Neoliberalismo, 3. América Latina.

### **Feminism and Neoliberalism in Latin America**

**Abstract:** In this article we try to test Nancy Fraser's hypothesis about the existence of an elective affinity between feminism and neoliberalism, having as a reference the material and cultural realities of Latin America, especially that of Chile. This article argues that the feminist emancipation is involved in the neoliberal project, but that it has specific and historically delimited consequences within each national context. We investigate the relation between the women's search for emancipation in the region and the neoliberal regulation, based in the experiences of Latin American feminisms. This approach seeks the specificity of the Latin American feminist movements, their shared characteristics and dynamics, as opposed to the interpretation that they would be North-American-derived forms.

**Keywords:** 1. Feminism, 2. Neoliberalism, 3. Latin America.

Os legados feministas estão sob crescente escrutínio em muitas partes do mundo hoje.<sup>2</sup> Na Inglaterra, uma reportagem publicada em 2013 questionou se a justiça de gênero não tem sido uma “história do progresso da classe média”, com ganhos no topo combinados à indiferença com a condição da maioria das mulheres (LANNING, 2013). Na América Latina, África e no Sudeste Asiático, avanços ambíguos nas agendas das mulheres parecem inadequados em vista da devastação forjada pelos programas de ajuste estrutural. Mais notadamente, há uma preocupação crescente em torno da convergência entre certas formas de feminismo e as agendas do capitalismo neoliberal. Hester Eisenstein está entre as primeiras a analisar o que descreveu como “ligação perigosa” entre o capitalismo contemporâneo e um feminismo liberal agora dominante. Nancy Fraser sugeriu que uma segunda onda feminista teria “inconscientemente” apoiado um ingrediente-chave ao novo espírito do capitalismo neoliberal, deixando de lado questões de igualdade material e redistribuição político-econômica em favor de lutas por reconhecimento de identidade e diferença. Em resposta a Fraser, Meg Luxton e Joan Sangster discriminaram o feminismo liberal, em vez de feminismo de segunda onda em geral, também argumentando que sua compatibilidade com o neoliberalismo é explícita e estrutural, não baseada em uma “afinidade subterrânea” como Fraser havia sugerido (Eisenstein, 2005 e 2009; Fraser, 2009 e 2013; Luxton e Sangster, 2013).<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Uma versão anterior deste texto foi publicada como “Die Spezifik lateinamerikanischer Feminismen im Kontext neoliberaler Regulierung” na revista *Das Argument* (n. 308, v. 3, 2014); um esboço foi apresentado na Freie Universität, Berlim, em Dezembro de 2013. Sou grata a Kathya Araujo, Debra Bergoffen, Tony Calcagno, Julia Roth, Ina Kerner, Pradeep Bandyopadhyay e Malcolm Blinco pelos prestativos comentários em versões anteriores.

<sup>3</sup> No mesmo número da *Socialist Reader* de 2013, Johanna Brenner e Nancy Holstrom apresentaram no artigo “Socialist-Feminist Strategy Today” [A estratégia socialista-feminista hoje] um *survey* sobre algumas práticas contemporâneas socialistas-feministas.

Esta contribuição busca examinar a problemática do feminismo e neoliberalismo no contexto das formas de capitalismo – historicizadas e distintas culturalmente – atualmente existentes, tendo como objeto de investigação as experiências dos feminismos latino-americanos. O desdobramento do desenvolvimento capitalista e a difusão das ideias feministas não são processos autoevidentes cujos resultados podem ser tidos como certos, como foi assumido implicitamente no debate até então. Enquanto certas tendências gerais podem ser fundamentadas na lógica do capitalismo contemporâneo, isso não justifica uma abordagem do tipo “um tamanho serve a todos”. A dinâmica distintiva do capitalismo neoliberal se dá em meio a contextos sociais determinados historicamente, gerando uma multiplicidade de formas localizadas, que por sua vez foram submetidas a uma evolução contraditória própria, de articulações experimentais a outras mais consolidadas e maduras – enfrentando processos diferentes de contestação ao longo do caminho. De modo similar, adotar uma explicação simples, difusionista do avanço feminista, obstrui a pluralidade das experiências das mulheres e serve como um embotamento do potencial da teoria crítica feminista para nossos tempos. O que se segue, então, buscará explorar a adequação da explicação de Fraser dentro deste panorama em particular, tendo minha pesquisa no Chile como o *point d'appui* empírico.

### Um modelo universal?

O argumento de Fraser em “Feminismo, Capitalismo e a Astúcia da História” é baseado em uma periodização tripla: a era pós-guerra da “sociedade capitalista organizada pelo Estado”, a época neoliberal dos anos 1980 a 2008 e, esperançosamente, a nova era pós-crise de radicalização renovada. Esse esquema, ela sublinha, se aplica não só aos Estados de bem-estar social fordistas dos países da OCDE, mas também aos Estados desenvolvimentistas ex-coloniais do que foi chamado então de Terceiro Mundo, que buscavam “impulsionar o crescimento da economia nacional por meio de políticas de substituição de importações, investimento em infraestrutura, nacionalização de indústrias-chave e gastos públicos com educação” (FRASER, 2009, p. 100). O feminismo da

segunda onda, Fraser argumenta, emergiu da Nova Esquerda anti-imperialista e do fermento global anti-Guerra do Vietnã de fins dos anos 1960, como um desafio à natureza de dominação masculina deste capitalismo “organizado pelo Estado”. Ao longo deste primeiro período, o movimento feminista se direcionou a quatro dimensões interligadas da ordem social dominante: contra o economicismo, ou cegueira diante das formas não-distributivas de injustiça (familiar, sexual, racial); contra seu androcentrismo, estruturado por uma divisão “generificada”<sup>4</sup> de trabalho, o salário familiar e a desvalorização do trabalho de cuidado; contra seu *estatismo* burocrático, desafiado em nome da democratização e do controle popular; e, finalmente, contra seu “ocidentofalianismo”, no sentido da ordem existente interestatal. Através de todas estas dimensões, Fraser argumentou, o feminismo da segunda onda lutou por uma transformação sistêmica que seria ao mesmo tempo econômica, cultural e política; não buscou apenas substituir o salário familiar por uma família com duplo assalariamento, mas revalorizar a prestação de cuidados numa base igualitária; não buscou libertar o mercado do controle de Estado, mas democratizar o poder estatal e econômico.

A principal razão para a segunda onda do feminismo continuar a prosperar na era do capitalismo neoliberal a partir da década de 1980, entretanto, como Fraser sugere, foi devido ao fato dessas metas terem sido “ressignificadas”. A crítica feminista ao economicismo se transformou em uma ênfase unilateral da cultura e identidade destacada do anti-capitalismo; o seu ataque ao conceito androcêntrico do homem provedor foi absorvido pela “nova economia”, que acolheu o emprego feminino como um aprofundamento da tendência a uma força de trabalho flexibilizada, com baixos salários, normalizando a família de duplo assalariamento. A crítica feminista da burocracia pôde se aliar com o ataque neoliberal ao Estado e com a promoção das ONGs; seu internacionalismo coube bem com a maquinaria da “governança global”, embora compromissada com a reestruturação neoliberal. Fraser não mirou correntes ou práticas feministas específicas, mas antes a “mudança sutil” na

---

<sup>4</sup> A tradução do termo *gendered* por *generificado* segue tendência dos debates acadêmicos sobre o tema. Vale destacar que esta opção foi feita na tradução realizada por Renato Aguiar do importante livro de Judith Butler, *Gender Trouble – Feminism and the Subversion of Identity* (1990) (Cf. BUTLER, 2003). (N. d. T.).

valência das ideias feministas: uma vez francamente emancipatórias, sob o neoliberalismo estas se tornaram “carregadas de ambiguidade” e suscetíveis a servir às necessidades de legitimação do capitalismo.

Quão aplicável é este modelo para a América Latina? Aqui, os Estados capitalistas dos anos 1970 não eram burocracias despolitizadas, como Fraser descreve, mas frequentemente se constituíam em ditaduras militares brutais, fortemente generificadas, que buscavam a erradicação física da oposição de esquerda e defendiam relações de propriedade nitidamente desiguais. Os movimentos feministas dos anos 1970 emergiram no curso das lutas revolucionárias contra os regimes severamente repressivos; juntas militares tomaram o poder no Brasil em 1964, na Bolívia em 1971, no Uruguai e no Chile em 1973 e na Argentina em 1976, instituindo ditaduras tecnocráticas que usaram da tortura e de desaparecimentos e assassinatos para eliminar a esquerda, destruir os sindicatos e desmobilizar a sociedade civil. Nem mesmo o desenvolvimentismo de substituição de importações na América Latina foi totalmente fordista; o salário familiar – com o homem provedor e a mulher dona de casa – permaneceu como privilégio de uma pequena minoria de trabalhadores qualificados, mesmo na Argentina, México e Venezuela. Em contraste com a “dona de casa” da OCDE, a maioria das mulheres latino-americanas trabalhavam – na terra ou como serventes domésticas – enquanto as mulheres da elite foram liberadas das tarefas domésticas por suas empregadas. Tratou-se do fracasso do desenvolvimentismo – e, não menos importante, da ausência de uma reforma agrária redistributiva – em mitigar a pobreza e a desigualdade na região, subjacente à militância dos anos 1960 que as ditaduras militares buscaram esmagar.

Uma crítica óbvia a ser feita à abordagem de Fraser é a de que nunca existiu um “feminismo de segunda onda” homogêneo, os movimentos de mulheres dos anos 1970 tiveram muitas vertentes e frequentemente se encontraram bruscamente divididos (cf. LUXTON; SANGSTER, 2013, p. 293-294). A experiência da América latina ajuda a complicar ainda mais o quadro. Os movimentos feministas que emergiram na região não eram meramente imitativos das experiências norte-americanas; frequentemente combinaram reconfigurações de correntes pré-existentes – socialistas, anarquistas, católicas, liberais – com tradições de ativismo, pesquisa e intervenções culturais que

remontam ao século XIX.<sup>5</sup> A América Latina é certamente uma abstração em si própria, uma forma abreviada de uma ampla variedade de experiências e tendências sub-regionais. No entanto, enquanto os novos movimentos foram moldados por uma composição social e cultural heterogênea de diferentes países, eles também desenvolveram características e dinâmicas compartilhadas. Um importante estrato de feministas veio dos movimentos revolucionários que surgiram nos anos 1960, em resposta tanto à desigualdade econômica quanto às intervenções imperialistas dos Estados Unidos, tendo na Revolução Cubana indubitavelmente uma inspiração central. Estes grupos recrutaram uma nova geração de mulheres altamente educadas, que não estavam contentes como auxiliares de homens revolucionários. Enquanto permaneciam uma minoria formal nos partidos comunistas e outras organizações militantes, as mulheres se envolveram centralmente em uma ampla gama de atividades. Estas jovens militantes da esquerda revolucionária se tornaram “feministas inflamadas nos anos 1970” (MILLER, 1991, p. 145–148), frequentemente engajadas em uma “dupla militância”, ambas ativas nos partidos de esquerda e nos grupos de mulheres.

Este engajamento foi talvez tão importante quanto o surgimento do ativismo católico no longo prazo. As narrativas feministas latino-americanistas insistiram amplamente em uma leitura secular do ativismo das mulheres, embora a história de mobilização social do continente deixe claro que o pensamento e prática católicos foram significativos desde o fim dos anos 1950. Isto tomou sua forma mais radical na teologia da libertação, que influenciou uma nova geração de leigos católicos, bem como jovens freiras e padres. Convocados a agir em nome dos pobres, desde a Conferência Episcopal de Medellín, em 1968, falaram de educação popular como ferramenta de mudança e “aumento de consciência” como meio de libertação, buscando “o despertar e a organização dos setores populares da sociedade” para pressionar projetos sociais (POBLETE, 1979). Por todas suas contradições, isto provaria uma importante dimensão da solidariedade interclasse – não menos importante nas

---

<sup>5</sup> Os feminismos latino-americanos iniciais variaram amplamente, com uma grande influência do anarquismo no México e na Argentina, e dos movimentos sufragistas no Brasil e no Chile. O primeiro congresso feminista regional foi realizado em Buenos Aires em 1910 (RESTREPO; BUSTAMANTE, 2009, pp. 9-10).

mobilizações sociais dos movimentos indígenas. Bem mais que na Europa e América do Norte, a agitação feminista na América Latina ao longo deste período foi caracterizada pela integração de intelectuais e ativistas da classe média nas lutas por direitos básicos e igualdade sob regimes repressivos. Feministas socialistas e radicais foram incluídas pelas “feministas populares”, mulheres trabalhadoras na Igreja ou nas associações de bairro, organizadas contra as ditaduras.

A pedagogia de alfabetização e auto-emancipação, popularizada pelo educador brasileiro Paulo Freire, desempenhou um papel central no trabalho de solidariedade das feministas latino-americanas nesse período, bem como para a esquerda militante mais geral – e, inclusive, para a teologia da libertação. As metodologias da educação popular crítica foram adaptadas por movimentos ativistas e combinadas com um currículo feminista básico – que podia incluir temas como a sexualidade, a lei, as relações pais-filhos e o desenvolvimento pessoal das mulheres – para uso no trabalho educacional com mulheres em áreas rurais e urbanas pobres. De fato, as técnicas pedagógicas de Freire se tornariam a *lingua franca* para o desenvolvimento de projetos generificados desenvolvidos pelas ONGS feministas nos anos 1980; e elas continuam a ser usadas em toda região para alcançar mulheres em áreas rurais, incluindo as comunidades indígenas. Em 1981, feministas latino-americanas estabeleceram uma rede ampla para educação popular de mulheres no continente, a REPEM (*Red de Educación Popular Entre Mujeres de América Latina y el Caribe*), comprometida com o avanço social, político e econômico das mulheres através da pedagogia crítica.

Fraser argumentou que a divisão generificada do trabalho, no trabalho e em casa, foi a marca central das feministas dos anos 1970, nos hemisférios Norte e Sul. Talvez a ideia mais importante do feminismo latino-americano, entretanto, tenha sido a de autonomia pessoal, tanto material quanto psicológica. O escritor Carlos Monsiváis aludiu este conceito como chave do léxico feminista na América Latina quando afirmou que “a tese do feminismo está presente na conduta das mulheres” no México (LAMAS, 2006, p. 45).

Autonomia era uma noção crucial, tanto nas oficinas que tinham como objetivo fomentar a consciência feminista e o autodesenvolvimento entre as mulheres pobres e da classe trabalhadora que brotaram no continente nos anos



1970 e 1980, quanto nos debates nos encontros nacionais e regionais, os *Encuentros Feministas Latinoamericanos y del Caribe* que se reúne regularmente desde 1981 (RESTREPO; BUSTAMANTE, 2009, p. 15). O discurso elaborado nesta instância se centrou em um chamado às mulheres se tornarem atores autônomos por direito próprio, “seres para si próprias”, liberadas das formas de feminilidade centradas na maternidade que as reduziam a “seres para outros” e as trancavam a um papel subordinado. Estas posições estavam associadas a um novo tipo de militância feminista, a *militância comprometida*, que emergiu do ativismo feminista das mulheres da esquerda. Ainda que a crítica à maternidade como impedimento maior para a autonomia das mulheres – e ênfase pela criação de seu próprio lugar, não só fisicamente mas também emocional e psicologicamente, quebrando com a feminilidade tradicional – avançasse normalmente entre as feministas jovens e com educação universitária, esta contrariava as posições maternalistas dos grupos liderados pela Igreja, que frequentemente mobilizavam as mulheres *como* mães. Para muitas mulheres negras e indígenas, também, a maternidade continuava a constituir um espaço importante para fazer reivindicações. “Nós, as mulheres de Chiapas, não estamos mais dispostas a dar à luz para alimentar seus exércitos, nem para justificar violência e guerras. Nem vamos continuar a fornecer mão de obra barata para as empresas neoliberais”, declarou uma reunião de 500 mulheres em San Cristóbal de las Casas (OLIVERA, 2005).

As práticas feministas latino-americanas permaneceram, então, emaranhadas às relações sociais hierárquicas, a solidariedade muitas vezes tomou a forma de uma relação pedagógica na qual ativistas educadas buscavam ajudar “outras” mulheres a obter sua própria autonomia. Inevitavelmente, acabou-se reproduzindo desigualdades estruturais de classe e raça, e conflitos entre as várias vertentes do feminismo foram integrados desde o começo, assim como tentativas de tornar visíveis exclusões racistas e classistas do movimento. No *Encuentro Feminista* de Lima, em 1983, mulheres negras e indígenas ofereceram oficinas sobre racismo que foram solicitadas a serem incluídas em todos os subseqüentes *encuentros*. Quando a questão de raça foi deixada de lado no *Encuentro* de El Salvador, em 1993, mulheres indígenas e afro-latino-americanas lutaram para devolve-lo à agenda do *Encuentro* em Cartagena, no Chile, no qual a oficina sobre *El lado oscuro y discriminado del feminismo en el*

*Ser y Hacer feminista* [O lado obscuro e discriminado do feminismo no Ser e Fazer feminista] trouxe suas vozes forçosamente ao debate (RESTREPO; BUSTAMANTE, 2009, p. 19–20).<sup>6</sup> Em outras palavras, as feministas latino-americanas estiveram sempre marcadas pela dinâmica social, política e econômica da região. Estes eram os contextos nos quais os encontros, muitas vezes contraditórios com as ideias feministas do Norte, tomaram forma.

## Neoliberalismo do Sul

O que dizer da segunda etapa do argumento de Fraser – as metamorfoses do feminismo sob o neoliberalismo? Fraser distingue entre a implementação do neoliberalismo no Primeiro e no Terceiro Mundo, no qual foi “imposto na mira da arma da dívida”, à medida em que instituições financeiras internacionais fizeram cumprir programas de ajustes estruturais, compelindo Estados a ceder ativos e a reduzir seus gastos. O Chile, é claro, seguiu um caminho diferente, sendo o laboratório dos primeiros experimentos neoliberais sob a ditadura militar de Augusto Pinochet; depois o modelo se espalhou da extrema direita aos governos nacionalistas e de centro-esquerda – na Bolívia, o programa do FMI foi implementado nos anos 1980 pelo *Movimiento Nacionalista Revolucionario*, que em 1952 havia liderado à revolução popular que nacionalizou as minas.<sup>7</sup> Crucialmente, em países como o Brasil e a Argentina, as políticas neoliberais foram implementadas por regimes pós-ditatoriais. Esta transição simultânea ao neoliberalismo e à democracia liberal em grande parte da América Latina teve um significado político claro: a vitória da democratização, para a qual a esquerda havia lutado, além de assinalar o

---

<sup>6</sup> A oficina de Cartagena também discutiu as experiências das feministas lésbicas, um tema constante desde os primeiros *encuentros*.

<sup>7</sup> Como Emir Sader (2009, p. 177) observa, em países como Brasil, Uruguai e Argentina, os partidos com raízes em movimentos sociais anti-neoliberais “começaram a expressar a resistência ao neoliberalismo na arena política”, mas “não colocaram políticas pós-neoliberais em prática”. Eles mantiveram-se dentro do modelo, temperando-o com políticas sociais compensatórias. Para uma reflexão cuidadosa sobre as mulheres e o processo bolivariano na Venezuela – problemas contínuos de violência e sexismo, apesar de alguns avanços legais e sociais e um aumento de autoestima das mulheres – ver a entrevista com Yanahir Reyes (2013).

fracasso das alternativas de esquerda às relações sociais capitalistas. Em questão, aqui, estavam tanto a geopolítica da região – em particular as intervenções diretas e indiretas dos Estados Unidos – e o triunfo global do Ocidente na Guerra Fria, com o colapso do socialismo então existente, levando o imaginário pós-capitalista a uma ampla perda de legitimidade. Foi neste contexto que a emancipação feminina veio a ser reformulada em termos de participação no mercado.

Pois, como Fraser nota, o feminismo tem prosperado na era do neoliberalismo; ele passou de um “movimento contracultural radical” para se tornar um “fenômeno social de massa”, transformando entendimentos sociais e remodelando as visões do senso comum de família, trabalho e dignidade (FRASER, 2009, p. 107-8). De fato, o neoliberalismo tem sido um fenômeno completamente generificado. A participação das mulheres na economia salarial em números historicamente sem precedentes tem sido um pilar das estratégias de flexibilização do trabalho. Elas tem sido o foco também de renovados esforços gênero-normativos reguladores do Estado para “preparar” aquelas que não estão ainda no mercado de trabalho por desemprego, constituindo então um polo de potenciais trabalhadoras. Os legados feministas caracterizaram de modo proeminente estas políticas. Ambos as pontas do espectro, como Fraser coloca, estão inscritas no “romance feminista”:

“Em uma extremidade, os quadros femininos das classes médias profissionais, determinados a quebrar o teto de vidro; no outro extremo, as temporárias, de tempo parcial, empregadas de serviços de baixos salários, empregadas domésticas, trabalhadoras do sexo, migrantes, trabalhadoras das zonas de processamento de exportações (EPZ) e prestadoras de microcrédito, visando não só a renda e a segurança material, mas também a dignidade, o auto-aperfeiçoamento e a libertação da autoridade tradicional. Em ambas as extremidades, o sonho de emancipação das mulheres é aproveitado como o motor de acumulação capitalista” (IBID., p. 110).

Como e porque as feministas se tornaram envolvidas com o projeto neoliberal? Na abordagem de Fraser, o advento do neoliberalismo mudou dramaticamente o terreno no qual o feminismo operava; o efeito foi o de “ressignificar” os ideais feministas – um termo emprestado de Judith Butler

(FRASER, 2009, p. 108).<sup>8</sup> Aspirações que haviam tido uma carga claramente emancipatória assumiram um significado mais ambíguo na era neoliberal; adquiriram uma nova valência. Em particular, o conceito feminista chave da autonomia material e psicológica das mulheres, realizada por meio de práticas pedagógicas de empoderamento, passou a desempenhar um papel crucial na América Latina para o projeto cultural do neoliberalismo. Isto foi incorporado nos programas sociais direcionados aos pobres, dirigidos pelas burocracias estatais e suas ONGs subcontratadas.<sup>9</sup> De fato, o *desarrollo personal* é um requisito de treinamento explícito dos programas chilenos e colombianos anti-pobreza que visam promover uma nova identidade feminina, desafiando uma subjetividade ostensivamente passiva, igualada com uma orientação permanente para com os outros, por exemplo como mães e donas de casa. Esta institucionalização da busca feminista por autonomia, ou “empoderamento”, tem criado incontestavelmente um novo espaço para as mulheres – ao mesmo tempo em que as enganam novamente em relações opressivas e muitas vezes exploradoras. O tipo de autonomia proporcionada pelo modelo neoliberal da família de duplo assalariamento e de trabalho “flexível” tem um custo: a emancipação serve para alimentar o motor da acumulação capitalista, como Fraser observa, enquanto o trabalho de prestação de cuidados ainda cai largamente sobre os ombros das mulheres (cf. HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 2013).

Esta expectativa é construída nos programas de “transferência condicional de renda” da região, mecanismos de combate à pobreza que supostamente tem como alvo as “famílias”, mas que são de fato focados nas mulheres. Sob os auspícios do Programa Bolsa Família no Brasil, Oportunidades no México ou do Programa Puente e Chile Solidário, as mulheres recebem bônus em dinheiro, desde que assegurem que suas famílias cumpram com os requisitos do programa em áreas como a educação, os cuidados com a saúde e a

---

<sup>8</sup> Ver também Judith Butler (1994), “Contingent Foundations” e Nancy Fraser (1994), *Feminist Contentions: A Philosophical Exchange*.

<sup>9</sup> As técnicas pedagógicas de Freire foram sempre uma ferramenta politicamente ambivalente, usadas não só para o trabalho solidário mas também tomadas pelos governos como parte de seus projetos de integração social. Neste sentido Freire foi contratado pelo governo cristão democrático de Eduardo Frei Montalva (1964-1970) no Chile para oferecer suporte técnico para seu programa de reforma agrária.

empregabilidade.<sup>10</sup> Como os esquemas de micro-finanças que os acompanham, esses programas de transferência condicional de renda apelam ao sentido de “responsabilidade” das mulheres, tanto em sua sobriedade fiscal quanto em sua preocupação geral com o bem-estar emocional e material de suas famílias e agregados familiares – mesmo quando intensificam a carga de trabalho das mulheres (CHANT, 2006). Como técnicas para a “conduta da conduta”, aproveitam-se dos desejos das mulheres por autonomia e autotransformação para o que Jacques Donzelot se referiu como a “responsabilização” da sociedade, sob o novo imperativo do empoderamento feminino. O que é novo é que o risco social é transferido diretamente para as mulheres que vivem em condições precárias, articulando-se um apelo à emancipação feminina.

A linguagem da disputa foi, assim, transformada em uma ferramenta de regulação: “autonomia” e “igualdade” são agora redefinidas por meio de um discurso liberal dos direitos individuais, focado na capacitação através do mercado, com um incentivo às mulheres por um maior entrelaçamento como produtoras, devedoras e consumidoras. Este chamado por responsabilidade é, ao mesmo tempo, contraditório: o apelo às mulheres como indivíduos autônomos em uma cidadania liberal está entrelaçado a suposições tradicionais sobre seu papel de mãe – a expectativa de que elas não só continuarão a assumir a responsabilidade pelo bem-estar das suas famílias, como também assumirão o fardo adicional de supervisionar a integração social bem sucedida do economicamente marginal, trazendo a família ao longo de uma jornada de auto-aperfeiçoamento.

Dadas as condições reais de intensificação da precariedade econômica e social, esses programas antipobreza sensíveis ao gênero, justificados em termos de auto-capacitação e inclusão, na prática também operam como mecanismos de exclusão. Em particular, a “responsabilização” das mulheres na América Latina tem andado de mãos dadas com o aumento dramático da criminalização e da pobreza – a masculina, em particular – através da polícia e dos tribunais, e de um sistema prisional cada vez mais privatizado. Homens dispensados pela reestruturação do capitalismo são desproporcionalmente os alvos de estratégias

---

<sup>10</sup> Para uma visão comparativa crítica dos programas muito celebrados de transferência condicional de renda na América Latina, ver Lena Lavinas (2013), “21st-Century Welfare”.

coercitivas de contenção (cf. MÜLLER, 2012; DAMMERT, MALONE, 2006; CHEVIGNY, 2003). Mais uma vez, o Chile é exemplar disto, pois tem um dos níveis mais altos de encarceramento na região, em relação à população em geral, com um novo sistema de prisões privadas construídas sob os governos de *Concertación* dos socialistas Ricardo Lagos e Michelle Bachelet.

## Agentes?

Falta na abordagem de Fraser sobre a resignificação dos ideais feministas sob o neoliberalismo qualquer conceito de agência política. Sua discussão depende muito do modo passivo: o feminismo (singular) “foi recuperado” pelo neoliberalismo, ou “levado a” uma ligação com ele, ou “é usado” para legitimar a mercantilização e redução do Estado (FRASER, 2009, p. 109, 112). O advento de um feminismo institucionalizado não envolveu apenas a transformação de ideias, mas um movimento ativo de corpos, práticas e discursos, dos espaços da oposição política às agências de governo, incluindo os *think-thanks* e os centro de pesquisas político-orientados. Estes processos não foram de forma alguma restringidos à América Latina, embora o fenômeno tenha sido muito visível na região. Os anos 1990 viram a consolidação do “feminismo do possível” na região, engatando a política pragmática das mulheres liberais em uma agenda mais ampla de democratização cautelosa, operando dentro dos limites estabelecidos pelas relações capitalistas locais e internacionais. Essa mudança, impulsionada por programas financiados abundantemente pela modernização institucional neoliberal, permitiu que algumas mulheres se tornassem vozes dominantes do feminismo e interlocutoras legítimas das agências governamentais e transnacionais, enquanto outras se tornaram marginais ou silenciadas. Isto determinou quem seriam as intermediárias dos esforços das Nações Unidas para promover uma agenda transnacional de igualdade entre as mulheres, como premissa do desenvolvimento de “gênero” como um conceito técnico e formulado na linguagem dos direitos humanos liberais. Isto ajudou a definir quem estaria entre as “ganhadoras” e quem estaria entre as “perdedoras” na transformação que Sonia Alvarez (1999) descreveu como a ONGcização dos feminismos latino-americanos – um processo no qual ativistas-tornadas-

burocratas alavancaram seu conhecimento feminista à *expertise* política, enquanto irmãs mais pobres eram recrutadas como clientela dos programas sociais que as lançavam como sujeitos empoderados de direitos a serem acessados no mercado.

Assim, no Chile, por exemplo, uma proposta de oficinas de mulheres conduzidas por grupos de bairro de La Granja, um subúrbio de trabalhadores ao Sul da periferia de Santiago, foi recusada pela Secretaria Municipal de Mulheres porque faltava às mulheres envolvidas qualificações profissionais. Desde os anos 1990, tem havido uma porta giratória entre os escritórios da SERNAM,<sup>11</sup> ONGs bem estabelecidas e departamentos de estudos de gênero na universidade, muitas vezes concorrentes de subsídios de ajuda externa fortemente condicionados, que o governo dirige a projetos sociais relacionados com gênero, destinados a aliviar a miséria causada pelas suas próprias políticas neoliberais. A ênfase destes projetos na “nova” democracia tem recaído sobre os “resultados” mensuráveis, ao invés da conscientização geral. As vencedoras têm sido aquelas que puderam demonstrar seu conhecimento especialista, pelo benefício dos doadores estrangeiros (agências de ajuda escandinavas, fundações americanas, institutos do partido alemão, ONGs britânicas internacionais e afins). As perdedoras têm sido as ativistas da classe trabalhadora, às quais faltam habilidades para escrita de projetos ou credenciais; mulheres dos bairros mais pobres, as *poblaciones*, sobre as quais é possível que sequer tenham conhecimento.

---

<sup>11</sup> SERNAM: *Servicio Nacional de la Mujer*, criado em 1991 como uma agência governamental de nível ministerial com escritórios regionais e municipais. O que se segue baseia-se na minha pesquisa ao longo das últimas três décadas em organizações populares de mulheres, em Santiago do Chile, onde eu testemunhei a partir de baixo, por assim dizer, a institucionalização do feminismo e a transformação de discursos e práticas de emancipação em recursos de reestruturação neoliberal. Este local oferece uma visão um pouco diferente da história oficial sobre a evolução necessária do feminismo em uma busca pragmática de justiça de gênero; em vez disso, torna-se visível a história de inclusões e exclusões, de perda da voz e, acima de tudo, de transformação de irmãs em clientes. Ele também reflete as transformações político-culturais maiores do país – um distanciamento do pensamento crítico e a partir dos valores de solidariedade e coletividade, como a escritora chilena Raquel Olea colocou. Para mais detalhes sobre a trajetória da prática feminista no Chile, ver Schild (2007 e 1998).

De acordo com as demandas dos doadores, os projetos do SERNAM foram estritamente direcionados a grupos específicos de mulheres: privilegiando famílias chefiadas por mulheres ou trabalhadoras independentes, por exemplo, e portanto causando tensões e raiva entre aquelas que foram excluídas. Ao invés de criar espaços coletivos nos quais mulheres pudessem articular suas próprias demandas, como o movimento feminista autônomo tentou fazer sob a ditadura, estes projetos de desenvolvimento de gênero institucionalizados tenderam a tratar as mulheres como indivíduos isolados, com problemas que podem ser resolvidos através de formas de clientelização diferencial. Nos últimos vinte e cinco anos de política social sensível a gênero, este padrão de exclusão e clientelização se tornou arraigado. Isto não é simplesmente o caso de ideais feministas sendo “ressignificados”, mas de praticantes feministas ativamente buscando o patrocínio dos poderes neoliberais.

## Contestação

Enquanto Fraser sugere que o movimento de mulheres mudou *en bloc* para posições neoliberais, o advento do “feminismo do possível” na América Latina foi ferozmente contestado em *encuentros* regionais sucessivos, como Alejandra Restrepo e Ximena Bustamante deixam claros. Houveram profundas divisões no *Encuentro Feminista* de El Salvador, em 1992, sobre as propostas OECD de financiamento de participação dos países em desenvolvimento na Conferência das Nações Unidas sobre Mulheres de 1995, em Pequim. Muitas foram impetuosamente contra a proposta de que a burocracia da USAID identificasse e financiasse cinco conjuntos de ONGs para atuar como entidades locais no México, América Central, países andinos, Brasil e Cone Sul, com foco no tema denominado de “violência e participação política”. A coordenadora da ONG regional da ONU para Pequim – onde lhe seria dado um prêmio Unifem – argumentou que as feministas deveriam celebrar a oportunidade de inflexionar documentos do governo e de serem ouvidas em um fórum internacional influente. Outras argumentaram que as latino-americanas deveriam se encontrar democraticamente para selecionar seus próprios temas e



representantes (RESTREPO; BUSTAMANTE, 2009, p. 33–34).<sup>12</sup> O debate entre feministas “autônomas” e “institucionalizadas” se intensificou no *Encuentro Feminista* de Cartagena, em 1996. No encontro na República Dominicana, em 1999, houveram polêmicas quentes sobre a ONGcização e o financiamento do próprio *Encuentro Feminista* (por Oxfam, Unifem, Heinrich Böll Stiftung e Global Foundation, entre outros). Feministas autônomas argumentaram que o movimento deveria retornar às suas raízes subversivas – “Com a política do possível podemos ter uma parte do poder, mas este poder pode ser uma ilusão”. Na Costa Rica, três anos depois, a defesa das *maquilas*<sup>13</sup> pela feminista dominicana Magaly Pineda, com o fundamento de que ofereciam independência econômica às mulheres, foi duramente atacada pela trabalhadora hondurenha Daisy Flores: “*Maquilas* são lugares de tortura e não significam uma alternativa digna de trabalho para as mulheres”. A declaração final do *Encuentro* atacou os governos “doadores” que simultaneamente financiavam guerras e impunham políticas neoliberais, reforçando um mundo de violência e miséria (IBID., p. 37, 43, 45, 49–50). Claramente, alguns valores feministas não foram ressignificados.

A crítica latino-americana à “ligação” entre neoliberalismo e feminismo certamente é comparável à do ambiente anglófono. Do Brasil, Mary Garcia Castro apontou mais de uma década atrás que “gênero e feminismo pararam de ser adversários das autoridades e se tornaram seus queridinhos, o tema de seus discursos oficiais, políticas e estatísticas – coisas que cheiram a autoritarismo e perversidade social à medida em que as condições dos pobres e da classe trabalhadoras estão em questão”:

“Quando os movimentos sociais que ficaram conhecidos por sua espontaneidade, flexibilidade e democracia, e a democracia e oportunidade que ofereceram à participação popular e ação direta, se tornam institucionalizados, não se tornam então um ‘Terceiro Estado’,

---

<sup>12</sup> A coordenadora da ONG, Virginia Vargas, tomaria depois uma posição mais crítica. Tais evoluções estão além do escopo do trabalho de Restrepo e Bustamante (2009).

<sup>13</sup> Dentre as definições de *maquilas*, como aspectos gerais constam serem unidades produtivas nos quais os produtos – finais ou intermediários – são importados/exportados com tarifa reduzida ou zero. O termo se originou no México, onde o fenômeno das empresas maquiladoras é mais generalizado em algumas regiões específicas, notadamente aquelas que fazem fronteira com os Estados Unidos. (N.d.T.).

um elemento de representação popular dentro da estrutura de poder existente. Eles podem se tornar tipos de poder, dependentes de financiamento de agências internacionais, tendendo a uma rigidez burocrática, e competindo um com o outro. Como outras instituições, estas são vulneráveis a todos os vícios de burocracias incluindo o uso de poder para fins privados” (CASTRO, 2011).

Sonia Alvarez, ela mesma uma antiga funcionária do Programa para Fundação Ford no Rio de Janeiro, analisou as pressões locais e internacionais que bloquearam as ONGs feministas de pressionarem além “dos parâmetros restritos das democracias latino-americanas existentes então”, argumentando que “gênero” se tornou parte do léxico do planejamento técnico, um indicador neutro de poder da “modernidade” e “desenvolvimento” em vez de um campo carregado de poder, de relações desiguais entre mulheres e homens. Maruja Barrig tratou de um tema similar em sua investigação dos feminismos “descontentes” da América Latina. A mudança para os corredores do poder, ela escreve sobre o feminismo pragmático no Peru, inevitavelmente significou evitar críticas ao capitalismo e à classe social (ALVAREZ, 1999; BARRIG, 2013 e 2002).

Mais importante, talvez, as políticas de melhoramento da agenda feminista liberal na América Latina se provaram incapazes de desafiar o alargamento das diferenças baseadas em raça e classe entre as mulheres da região. Recentes desenvolvimentos capitalistas, especialmente ampliados na presença de indústrias extrativas e do agronegócio, com seus efeitos devastadores nas comunidades rurais e no meio ambiente, exacerbaram as dívidas entre grupos diferentes de mulheres na região e aumentaram os abismos entre as ganhadoras e perdedoras. Com os efeitos do capitalismo de desapropriação sentidos nas áreas rurais e urbanas, vozes das margens sociais articularam suas próprias visões e levantaram suas próprias demandas. Para as feministas “populares”, assim como para as mulheres afrodescendentes e indígenas, reivindicações por justiça de gênero foram levantadas a partir de suas próprias posições sociais. Seus conflitos nunca perderam de vista a crítica da economia política. “Somos bem cientes de que a pobreza e a violência que afetaram tão profundamente nossas condições de vida e nossa dignidade como mulheres, bem como de nossas famílias, estão diretamente ligadas ao desmonte da economia

camponesa”, escreveu as feministas de Chiapas do *Movimiento Independiente de Mujeres*:

“O crescente apoio do governo ao investimento estrangeiro na agroindústria, na bioprospecção, no turismo ‘verde’, na geração do petróleo e energia, tem afetado as mulheres, aumentando a sua precariedade e reforçando o medo de serem atingidas, com suas famílias, pelos despejos, expropriações, vendas forçadas” (OLIVERA, 2005).

Esta política não pode ser compreendida pela noção de Fraser da mudança de redistribuição para reconhecimento, com o foco das lutas feministas; nem, no que diz a este respeito, corresponde as categorias antes influentes de Maxine Molyneux de interesses feministas “práticos” versus “estratégicos” (FRASER, 2009, p. 108-9; MOLYNEUX, 1986). O destino dos feminismos latino-americanos no século XXI não pode ser dissociado das dinâmicas mais amplas que estruturam as desigualdades sociais, econômicas e raciais da região. Um feminismo crítico renovado, capaz de contribuir para um projeto emancipatório maior, precisará proceder por um exame da história do feminismo liberal dominante ao longo dos últimos vinte e cinco anos. É neste contexto que precisamos localizar a convergência preocupante entre os projetos de emancipação das mulheres e do capitalismo neoliberal.

## Referências bibliográficas

- ALVAREZ, S. Advocating Feminism: The Latin American ngo boom. *International Feminist Journal of Politics*, vol. 1, no. 2, Setembro 1999.
- BARRIG, M. Los malestares del feminismo latinoamericano: una nueva lectura. Disponível em: *Mujeres En Red* website, 2013. Disponível em: <http://www.mujiresenred.net/spip.php?article140>.
- \_\_\_\_\_. La Persistencia de la Memoria: Feminismo y Estado en el Perú de los 90'. In: Panfichi, A. (ed.). *Sociedad civil, esfera pública y democratización en América Latina: Andes y Cono Sur*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- BUTLER, J. *Gender Trouble - feminism and the Subversion of the Identity*. Nova York: Routledge, 1990.

- \_\_\_\_\_. Contingent Foundations. In: Benhabib, S.; Butler, J.; Cornell, D.; Fraser, N. *Feminist Contentions: A Philosophical Exchange*. Londres: Routledge, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO, M. G. Engendering Powers in Neoliberal Times in Latin America: Reflections from the Left on Feminisms and Feminisms. *Latin American Perspectives*, v. 28, n. 6, p. 17-37, nov. 2001.
- CHANT, S. Rethinking the “feminization of poverty” in relation to aggregate gender indices. *Journal of Human Development*, v. 7, n. 2, p. 202-220, jul. 2006.
- CHEVIGNY, P. The populism of fear: politics of crime in the Americas. *Punishment and Society*, v. 5, n. 1, p. 77-96, 2003.
- DAMMERT, L.; MALONE, M. F. T. Does it take a village? Policing strategies and fear of crime in Latin America. *Latin American Policies and Society*, v. 48, n. 4, p. 27-51, inverno de 2006.
- EISENSTEIN, H. A Dangerous Liaison? Feminism and Corporate Globalization. *Science and Society*, v. 69, n. 3, p. 487-518, jul. 2005.
- \_\_\_\_\_. *Feminism Seduced: How Global Elites Use Women’s Labour and Ideas to Exploit the World*. Nova York: Routledge, 2009.
- FOX, M. Women and Chavismo: An Interview with Yanahir Reyes. “Chavismo After Chávez: What Was Created? What Remains?”. *NACLA*, verão de 2013. Disponível em: <https://nacla.org/article/women-and-chavismo-interview-yanahir-reyes>
- FRASER, N. Contingent Foundations In.: Benhabib, S.; Butler, J.; Cornell, D.; Fraser, N. *Feminist Contentions: A Philosophical Exchange*. Londres: Routledge, 1994.
- \_\_\_\_\_. Feminism, Capitalism and the Cunning of History. *New Left Review*, n. 56, p. 97-117, mar.-abr. 2009.
- \_\_\_\_\_. *Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis*. Londres e Nova York: Verso, 2013.
- LAMAS, M. *Feminismo: Transmisiones y retransmisiones*. Madri: Taurus, 2006.
- LANNING, T. Great Expectations: Exploring the Promises of Gender Equality. *Institute for Public Policy Research*, n. 31, mar. 2013. 69p

- LAVINAS, L. 21st-Century Welfare. *New Left Review*, n. 84, p.5-40, nov.-dez. 2013.
- LUXTON, M.; SANGSTER, J. Feminism, co-optation and the problems of amnesia: a response to Nancy Fraser. *Socialist Register*, v. 49, p.288-309, 2013.
- MOLYNEUX, M. Mothers at the service of the new poverty agenda: Progresal/Oportunidades, Mexico's conditional transfer programme. *Social Policy & Administration*, v. 40, n. 4, p. 425-449, ago. 1986.
- MILLER, F. *Latin American Women and the Search for Social Justice*. Hanover: University Press of New England, 1991.
- MÜLLER, M. The rise of the penal state in Latin America. *Contemporary Justice Review*, v. 15, n. 1, p. 57-76., mar. 2012.
- OLIVERA, M. El movimiento independiente de mujeres de Chiapas y su lucha contra el neoliberalismo. Spanish Special Issue: Feminismos Disidentes en América Latina y el Caribe, *Nouvelles Questions Féministes: Revue Internationale Francophone*, v. 24, n. 2, p.106-115, 2005.
- POBLETE, R. From Medellín to Puebla: Notes for Reflection. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 21, n. 1, p. 31-44, fev. 1979.
- RESTREPO, A.; BUSTAMANTE, X. *10 Encuentros Feministas Latinoamericanos y del Caribe: Apuntes para una historia en movimiento*. Colectiva "El grito de las brujas". Cidade do México: Comité Impulsor del XI Encuentro Feminista, 2009.
- SADER, E. Post-neoliberalism in Latin America. *Development Dialogue*, v. 51, p. 171-179, jan. 2009.
- SCHILD, V. Empowering "Consumer Citizens" or Governing Poor Female Subjects? The Institutionalization of "Self- Development" in the Chilean Policy Field. *Journal of Consumer Culture*, v. 7, n. 2, p. 179-203, 2007.
- \_\_\_\_\_. New Subjects of Rights? Women's Movements and the Construction of Citizenship in the "New Democracies". In: Alvarez, S., Dagnino, E.; Escobar, A. (eds.). *Cultures of Politics/Politics of Cultures*. Boulder: WestView Press, 1998.
- UNDP. Human Development Report, *The Rise of the South*. Nova York: United Nations Development Programme, 2013.